



DESTAQUE RURAL Nº 9

PRIORIDADE PARA O SECTOR FAMILIAR E PRODUÇÃO ALIMENTAR **Direcção do Observatório do Meio Rural**

A importância do sector familiar ultrapassa as funções que são tradicionalmente atribuídas a este tipo de agricultores. Geralmente são referidos a produção alimentar e de matérias-primas para a industrialização e as exportações. Como principal produtor de bens alimentares, a agricultura familiar é fundamental no combate à pobreza, na eliminação da subnutrição que influencia o desenvolvimento cognitivo e motor das pessoas. Porque cerca de 70% da população reside e trabalha no meio rural e sendo a agricultura a principal fonte de rendimento, o aumento da renda das famílias é crucial para a equidade social e a redução das assimetrias de desenvolvimento e de bem-estar entre o campo e a cidade e entre regiões do país. Este elemento possui implicações para a coesão social, a unidade nacional e a paz política.

O desenvolvimento endógeno da indústria e de serviços, depende da criação de excedentes produtivos e económicos que permitam a acumulação económica para o investimento, tendo como consequência a transformação estrutural do sector com a adopção de sistemas de produção mais intensivos (maior uso de insumos e mecanização) e de maior produtividade. Sem a transformação estrutural da agricultura, mesmo que haja um aumento global das superfícies trabalhadas, a área cultivada por produtor irá diminuir, com a consequente criação de excedentes de mão-de-obra rural sem trabalho agrícola, o que poderá provocar o aumento da pobreza e do fluxo migratório para os centros urbanos, onde, de momento, não é absorvida por outros sectores económicos.

O não atendimento das questões de fundo e desafios que se colocam para assegurar o desenvolvimento da agricultura familiar e da produção de alimentos, tem implicações sobre a dependência e insegurança alimentar, o défice alimentar com reflexos sobre a balança de pagamentos, a pobreza e as desigualdades sociais e espaciais, o êxodo rural e a urbanização caótica, a estabilidade social e política.

Em contextos de riqueza de recursos naturais, sobretudo os energéticos, a acumulação da economia centra-se fora da agricultura e do meio rural, podendo provocar aprofundamento das dualidades económicas e sociais, o crescimento sem desenvolvimento, o aumento da vulnerabilidade da economia às comoções do sistema capitalista mundial e um incremento em ciclos viciosos cuja solução não depende dos centros de decisão nacionais. Aliado a isto, há a considerar as estimativas da FAO acerca do incremento a longo prazo da procura alimentar no mundo devido ao efeito demográfico e a consequente subida dos preços, e os efeitos das mudanças climáticas.

Existem suficientes estudos e evidências que a agricultura familiar e a produção de alimentos não têm merecido prioridade nas políticas económicas e agrárias, realmente implementadas, em Moçambique. Esta constatação fundamenta-se na baixa proporção da alocação de recursos para a agricultura e em particular para o sector familiar. O orçamento e o investimento público, as políticas de crédito e da taxa de câmbio, as opções acerca dos subsídios à economia, as políticas aduaneiras, a configuração dos

mercados agrícolas distorcidos (dominados por poucos grandes compradores com a conseqüente formação de preços em desfavor do pequeno produtor), e os investimentos na rede rodoviária e nos sistemas de transportes, não têm sido favoráveis à agricultura familiar e à produção alimentar. Quer o alargamento do acesso à saúde, que permanece muito desigual entre a cidade e o campo, quer a prevalência de epidemias, têm contribuído negativamente para a produtividade da agricultura. A massificação do ensino primário tem tido um efeito positivo, embora pouco significativo, na agricultura familiar. Estudos revelam o contrário relativamente à formação média e superior, o que significa que os técnicos formados não se dedicam, na sua maioria, a actividades com efeitos directos na produção agrícola ou abandonam o campo.

Existiu nos últimos anos uma redução ou estagnação na utilização de insumos, o que tem efeitos negativos sobre a produtividade. A investigação agrícola e a extensão rural, que possuem elevadas elasticidades sobre a produção, permanecem não priorizadas na alocação orçamental interna do sector de agricultura. O acesso ao crédito para a agricultura tem decrescido. Existem evidências de perda de fertilidade dos solos nas zonas de maior actividade produtiva e densidade populacional. A sobre-exploração de recursos naturais em algumas zonas, a densidade populacional, a pobreza e a escassez de alternativas de obtenção de rendimentos, tem alterado negativamente os ecossistemas que asseguram os equilíbrios e a sustentabilidade da agricultura familiar assente em sistemas produtivos seculares causando a redução da produtividade por hectare.

As instituições públicas associadas à agricultura têm sido pouco efectivas na formulação e operacionalização de políticas adequadas. Têm sido definidas múltiplas e sucessivas estratégias sectoriais e subsectoriais em geral pouco consistentes entre si e com as realidades, baseadas no pressuposto da entrada de recursos externos, não firmemente assegurados, que se concretizam parcialmente, em baixa percentagem das previsões iniciais, comprometendo a sua implementação. Por outro lado, tem havido grande instabilidade institucional do sector público agrícola, quer no que concerne a sua estrutura orgânica e funções, quer nos processos de descentralização administrativa, o que tem provocado distorções e descontinuidades institucionais com reflexos negativos na eficácia, eficiência e qualidade da provisão de serviços a todos os níveis, principalmente a nível local. As organizações profissionais, sindicais e da sociedade civil que têm a agricultura e os camponeses como objecto das suas funções, assim como as organizações dos produtores, nem sempre assumem o protagonismo necessário na defesa dos interesses económicos e sociais dos seus associados, estão pouco coordenadas entre si e, por vezes, os pontos de vista diferenciados têm provocado mais divergências do que convergências de posicionamentos e esforços para o diálogo e advocacia por boas práticas e políticas agrícolas adequadas.

Em conseqüência, assiste-se a uma queda da produtividade por hectare na maioria das culturas alimentares, onde os aumentos da produção, sobretudo no milho e na mandioca, são derivados de aumentos da superfície trabalhada devido ao efeito demográfico. O défice da balança comercial aumenta sistematicamente. A agroindústria não foi relançada. Os fluxos de excedentes e de valor para os centros urbanos e o exterior têm pauperizado a maioria da população e o meio rural. O fluxo de pessoas para as cidades e vilas continua. A crescente economia informal surge como estratégia de sobrevivência dos mais pobres que, embora produzam um efeito de “almofada social”, constitui um obstáculo de desenvolvimento a longo prazo.

Nos últimos 10-15 anos têm sido formulados e implementados programas de desenvolvimento de vastas zonas do território, associados ao investimento externo, alguns dos quais têm originado problemas e conflitos com o sector produtivo nacional, sobretudo com pequenos agricultores familiares. Alguns destes programas são elaborados por parceiros e consultores externos com uma perspectiva económica e de negócio não necessariamente consentânea com o desenvolvimento económico e social de Moçambique e do meio rural. O sector agrícola possui recursos humanos de alta qualificação, conhecimento e experiência para a elaboração de programas de desenvolvimento, não negligenciando experiências de outras realidades e individualidades de reconhecido mérito.

Assumindo a não competitividade do sector agrário comparativamente com outros sectores da economia e com a concorrência de produtos alimentares no mercado mundial, compete ao Estado, como acontece em todos os países desenvolvidos, assumir políticas que sejam positivamente discriminatórias, coerentes entre si, limitadas no tempo e exequíveis considerando a capacidade das instituições e o nível de formalidade dos agentes económicos a abranger. Estas políticas seriam, sobretudo, as de mercados e de preços, de subsídios, a protecção aduaneira selectiva, políticas de crédito, de taxas de juro e de câmbio. Os objectivos seriam essencialmente a modernização e inovação produtiva integrada na transformação equilibrada da economia, na criação de emprego, da produtividade e do rendimento das famílias, com prioridade para a produção alimentar e o sector familiar integrando-o funcionalmente no desenvolvimento económico e social inclusivo.

Para o efeito, é importante a capacitação da administração pública para a planificação do desenvolvimento no contexto da economia de mercado. As funções de regulação económica sem substituição dos mercados, a fiscalização e a aplicação da legislação. Estas funções devem ser exercidas por um aparelho de Estado democratizado, aberto ao diálogo e à negociação efectiva, que considere as recomendações da pesquisa e das organizações do sector produtivo e da sociedade civil, onde os funcionários são servidores do povo e os processos de admissão e promoção dos funcionários sejam exclusivamente resultantes do mérito e da competência profissional. A estabilidade institucional assente na implementação de planos consensuais de longo prazo na perspectiva de um desenvolvimento descentralizado, socialmente inclusivo e com coesão territorial.

A política e a prioridade do sector familiar e da produção alimentar devem estar integradas numa política agrária e de desenvolvimento rural integrado e numa política económica favorável ao sector e que encontre formas de redução dos riscos dos impactos negativos da economia mundial, da globalização e das mudanças climáticas. As estratégias sectoriais e subsectoriais não podem estar desvinculadas de opções da economia, no seu todo, e na gestão dos principais instrumentos macroeconómicos. Por esta razão, a política agrária é um comprometimento do conjunto da governação.

A prioridade para o sector familiar deve ser concebida e instrumentalizada de forma integrada no meio rural e articulada funcionalmente com os outros sectores da economia, sobretudo os que maior influência possuem sobre a produtividade, competitividade e lucratividade dos agentes económicos. Estudos revelam que a investigação e a extensão rural, a educação e a formação técnica, a saúde, as infraestruturas produtivas e de comunicações vicinais, possuem elasticidades elevadas sobre a produção agrária.

Assim, será possível a transformação estrutural da agricultura familiar a longo prazo e sem crises cíclicas, no quadro da industrialização agrária e do sector secundário da economia e dos serviços directamente associados. Tem particular relevância os serviços aos produtores, como por exemplo a comercialização agrária, a recuperação da rede comercial rural, as empresas de venda de insumos e assistência técnica. A mecanização, ao ser introduzida, terá de considerar os serviços de apoio e técnicos, as mudanças tecnológicas e dos sistemas de produção, a organização e formação dos produtores e do pessoal directamente associados com o equipamento e as reais possibilidades económicas do uso de máquinas pelos produtores.

A intensificação da produção com o objectivo do aumento da produtividade deve encontrar equilíbrios com a preservação ambiental, nomeadamente a qualidade e fertilidade dos solos, da água e do ar, através da prática de tecnologias e sistemas de produção amigas do ambiente e dos ecossistemas. A introdução de novas tecnologias devem ser adaptadas em fase de investigação e considerar a tradição e os conhecimentos locais, os sistemas produtivos, as lógicas e racionalidades produtivas dos diferentes tipos de agentes económicos. A exploração dos recursos naturais tem de obedecer ao princípio da sustentabilidade, da dinamização industrial para criar valor acrescentado, emprego, relações intersectoriais que configurem padrões de acumulação no meio rural e nos seus agentes económicos.

A organização dos produtores é fundamental para os objectivos pretendidos. As organizações dos diferentes tipos de agentes económicos deveriam concentrar-se na promoção da produção e na capacidade de gestão e formação técnica dos produtores individuais ou organizados em diferentes formas de associação, na defesa da segurança de posse da terra, na facilidade de acesso aos serviços públicos e de crédito, na introdução de uma maior capacidade negocial nos mercados e para que os produtores ganhem escala que facilite a capacidade concorrencial para satisfazer mercados que procuram volumes avultados e estáveis no tempo, produtos de qualidade e a preços competitivos. Para o efeito, é necessário que as organizações possuam capacidade de influência na definição e implementação das políticas, capacidade reivindicativa dos direitos e dos interesses dos associados.

O OMR considera que tem havido diversas iniciativas no sector agrário e no meio rural no sentido de promover o desenvolvimento agrário e rural, sendo destacáveis importantes avanços na produção em alguns produtos. Mas também considera que os problemas e fraquezas acima referidos, sobretudo referentes às políticas e instituições, têm influenciado muito negativamente o desenvolvimento agrário e rural, em particular da agricultura familiar e da produção alimentar.

O OMR, em período de início de uma nova legislatura, sugere e está disponível para participar em debates e sessões de trabalho alargados entre a governação, associações representativas dos sectores produtivos, instituições de investigação, academia, organizações da sociedade civil, técnicos e personalidades com reconhecido mérito de trabalho e experiência no sector agrário, que contribuam para a reflexão sobre a realidade e os desafios do sector agrário e para o melhoramento das políticas de desenvolvimento do sector agrário e do meio rural, coordenadas com a política económica nacional assente num pacto político e social de longo prazo.

O Observatório do Meio Rural continuará a dar contributos para este processo através da pesquisa, promoção de debates e publicações sobre aspectos essenciais do desenvolvimento da agricultura e em particular do sector familiar e da produção alimentar